



Livros didáticos de história: uma análise sobre as representações de mulheres

History textbooks: an analysis of women's representations

Libros didáticos de Historia: un análisis de las representaciones de las mujeres

Rafael Baioni do Nascimento¹

Professor na Universidade Estadual de Montes Claros/MG, |Brasil

Bruna Alves Lacerda²

Pedagoga pela Universidade Estadual de Montes Claros/MG, Brasil

Recebido em: 06/08/2020

Aceito em: 19/10/2021

Resumo

Este trabalho analisou representações de mulheres e outras representações de gênero veiculadas em dois livros didáticos de História, do 5º ano do Ensino Fundamental das séries iniciais, em escolas situadas na região central da cidade de Montes Claros/MG. Realizamos a análise de textos e imagens, verificando se estes eram abordados de forma estereotipada ou de forma que permitisse reflexão por parte de professores(as) e estudantes. Os resultados indicam que em um livro a temática de gênero não é tratada diretamente e apresentou representações estereotipadas das mulheres na história e na atualidade, ao passo que no outro pode-se constatar maior ênfase sobre o papel das mulheres na história e uma preocupação em desconstruir representações estereotipadas de mulheres. Concluímos que pode haver grandes diferenças entre livros de uma mesma série e da mesma disciplina e que o momento da escolha dos livros pela escola é de suma importância para a formação crítica dos(as) estudantes.

Palavras-chave: Mulheres. História. Livros didáticos. Gênero.

Abstract

This study shows the research results aimed at analyzing women's representation and gender contents. These results are in two 5th grade history textbooks at two middle schools located in the central zone of the city Montes Claros/MG. The results indicate that one of the selected textbooks is vaguely applied, presenting stereotyped representations of women in history and today, while the other emphasizes more about women's historical context and gender representations; this developing there can be great differences between books in the same grade and in the same discipline. The moment of the textbooks choosing by the schools is of paramount importance for the students' education.

Keywords: Women. History. Textbooks. Gender.

Resumen

Este trabajo presenta los resultados de una investigación que buscó analizar los contenidos sobre las representaciones de mujeres y de género publicados en dos libros didáticos de Historia, del 5º año de la primaria en los grados iniciales, en escuelas ubicadas en la región central de la ciudad de Montes Claros/MG. Realizamos el

¹ baionirafael@gmail.com

² bruna-lacerda@hotmail.com

análisis a través de imágenes y textos, verificando si se están abordando de forma estereotipada o de manera que permita una reflexión para con los usuarios del libro didáctico. Los resultados indican que en un libro la temática de género se aborda vagamente, presentando representaciones estereotipadas de mujeres en la historia y en la actualidad, mientras que en el otro se encontró un mayor énfasis en las mujeres, su papel en la historia y las representaciones de género. Revelando así que, puede haber grandes diferencias entre libros de un mismo grado escolar y en la misma asignatura y que el momento de elegir libros por la escuela es de suma importancia para la formación crítica de los estudiantes.

Palabras clave: Mujeres. Historia. Libros didácticos. Género.

Introdução

O que se fala sobre as mulheres nos livros didáticos de história? Como elas aparecem, o que é enfatizado e o que é apagado/silenciado? Quais os estereótipos de gênero veiculados? São algumas perguntas que impulsionaram esta pesquisa, surgida das inquietações em torno das representações das mulheres nos livros didáticos de história do 5º ano das séries iniciais do ensino fundamental, usados em escolas públicas do município de Montes Claros, Minas Gerais.

A desigualdade de gênero em nossa sociedade é um problema de grande gravidade, sendo o Brasil um país com altas taxas de violência doméstica e feminicídio. O Mapa da Violência de 2015 aponta, por exemplo, que dos 4.918 homicídios de mulheres registrados em 2013, 2.394 foram perpetrados por algum familiar, ou seja, 50,3%, foram efetuados por companheiros ou ex-companheiros. Cerca de sete homicídios de mulheres por dia (WAISELFSZ, 2015). Ao passo que para os homens os dados são bem diferentes, sendo muito maior o número de homicídios que ocorrem na rua, sem nenhum vínculo de ligação com familiares.

As representações socialmente veiculadas a respeito de homens e mulheres, seus papéis e possibilidades de interação possuem influência decisiva sobre a perpetuação da desigualdade e da violência de gênero. Segundo Roger Chartier (1990, p. 17) as representações são constituídas a partir de “classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real” e são variáveis de acordos com os grupos humanos. Elas se pretendem universais, mas refletem os interesses dos grupos que as criaram. Elas “produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.” Em outro trabalho (CHARTIER, 1991, p. 185-186) o autor também diz que a representação é uma “máquina de fabricar respeito e submissão”, que visa produzir a interiorização de uma dominação e dispensar o uso da força bruta.

Os estudos de gênero propõem a ruptura com os modelos natural/religioso ou natural/biológico de representação da divisão social de papéis femininos e masculinos e passa a encarar essas representações como reflexos das relações de poder em jogo em determinado contexto histórico e

social (SCOTT, 1995). Essas relações de poder não se limitam às questões de gênero, nem é possível isolá-las completamente das outras dimensões em jogo. Segundo (BIROLI, 2018), por exemplo, as mulheres vivem em um mundo onde não apenas há diferenciação por sexo, mas de classe, raça, faixa etária, misoginia e outras formas de opressão. Entretanto, é possível encontrar representações – como nos livros de história que analisaremos – que podem ser facilmente enquadradas, para fins de análise crítica, como representações de gênero.

Sendo a escola uma instituição normativa, proporcionar este tipo de abordagem crítica sobre o conteúdo dos livros didáticos é necessário para se pensar na propagação de estereótipos e preconceitos presentes nesses livros, principalmente a respeito da representação das mulheres - seus papéis, funções e importância histórica. Nesse contexto, o livro didático como recurso, figura como instrumento metodológico amplamente utilizado na prática educativa escolar, especialmente nas escolas públicas que contam com poucos recursos destinados ao ensino e à aprendizagem. Neste artigo, primeiro faremos a contextualização sobre as políticas e a trajetória do livro didático e sobre os livros de Histórias. Em seguida, apresentaremos alguns elementos conceituais da perspectiva teórica, dentre os estudos de gênero, que nos embasa, a saber, os estudos relacionados à obra do filósofo francês Michel Foucault e da filósofa estadunidense Judith Butler. Após este embasamento, realizamos análises das representações de gênero presentes em dois livros didáticos por meio do método da análise de conteúdo.

Livro didático no Brasil

A trajetória de inserção do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) é recente na história da educação brasileira. Criado e implantado a partir de 1985, objetivou a aquisição, distribuição universal e gratuita de livros didáticos para os alunos da rede pública do ensino fundamental; sendo a política realizada para o planejamento, compra, avaliação e distribuição do livro escolar se restringem à responsabilidade do governo federal.

Este plano e suas derivações, como o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), é o programa de maior fornecimento de material didático do Brasil dos quais o governo federal provê às escolas de educação básica pública com obras didáticas, pedagógicas e literárias, bem como com outros materiais de apoio à prática educativa. Este programa trouxe diversas mudanças na forma de indicação e distribuição dos livros didáticos, pois, viabilizou a distribuição de materiais formais à população de forma gratuita. A dimensão do fornecimento de livros didáticos que circulam no Brasil cresceu exacerbadamente. Como afirma Célia Cristina Cassiano, (2004, p. 35):

Isto se dá porque a educação escolar é um sistema que acontece de formas simultânea, gradual e universal, sendo o livro didático parte integrante deste processo. Pensemos que, salvo exceções, cada aluno brasileiro que está na escola utiliza um livro didático para cada disciplina, livro este que é trocado anualmente (gradualidade), sendo que todos (universalidade) o usam ao mesmo tempo (simultaneidade). Convém observar que o governo só compra livros para as áreas de Português, Matemática, História, Geografia e Ciências (CASSIANO, 2004, p. 35)

No campo da educação, o livro didático proporciona a inserção do conhecimento de mundo na realidade no contexto escolar do educando ampliado pela boa utilização do livro didático pelo professor em sala de aula. Assim, o livro didático possibilita mediar a construção do conhecimento científico pelo aluno, para que este se aproprie da linguagem diante dos avanços das ciências contextualizado os saberes éticos e sociais.

É preciso ampliar um pouco mais a reflexão para que se dimensione a real regulamentação do livro didático. As relações derivadas da concretização da vinculação do livro didático geram ações de interesse financeiro por parte das indústrias dos editoriais, e as características que envolvem a distribuição deste recurso às escolas públicas e bibliotecas do país. O Estado é o responsável pela organização dos editais para a realização do processo de distribuição dos livros no território brasileiro. Diante disso, as editoras se atêm ao mais próximo possível das atribuições dos guias curriculares no que tange ao conteúdo do material proposto nos livros didáticos. Como afirma Bárbara Freitag (1997, p. 51):

Verdade é que o roteiro que orienta a formulação dos conteúdos de um livro didático específico, consubstanciado nos currículos mínimos (guias curriculares) é definido pelas várias instancias estatais, que com isso, fazem indiretamente sua encomenda aos livreiros. Estes, atendendo o pedido do Estado, esperam corresponder a sua expectativa, já que ele será o grande comprador de quase toda a sua produção editorial do livro didático. A fim de minimizar os riscos, as editoras se atêm o mais próximo possível aos guias curriculares, que em parte explícita, no que tange ao conteúdo, a pouca variabilidade de oferta entre as editoras, e dentro da mesma editora. As variações ocorrem meramente na forma de apresentação e diagramação do livro (FREITAG, 1997, p. 51).

A avaliação dos livros pelo PNLD é utilizada também para o mercado particular nas vendas dos livros didáticos para empresas privadas da rede educacional em que a sociedade usufrui destes materiais. O processo de avaliação dos manuais escolares realizados pelo PNLD se efetiva mediante editais lançados trienalmente. Estes processos de seleção são realizados dois anos anteriores a troca dos livros que estão sendo utilizados em sala de aula, ou seja, para serem usados pela primeira vez, há um período de realização dos procedimentos regulamentares e burocráticos onde o Estado e suas legislações atuam de acordo com a divulgação dos processos de escolha. Durante a realização destes procedimentos, os livros didáticos adquiridos nas escolas são de caráter complementar ou de reposição.

O edital do PNLD de 2019 com a função de escolha dos livros didáticos do Ensino Infantil e Ensino Fundamental apresentaram os seguintes critérios de avaliação:

Instrumento: Rev. Est. e Pesq. em Educação, Juiz de Fora, v. 23, n. 4, p. 976-995, set./dez. 2021

3.1 CRITÉRIOS ELIMINATÓRIOS COMUNS

Os critérios eliminatórios comuns a serem observados nas obras inscritas no PNLD 2019, submetidas à avaliação, são os seguintes:

1. Respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental;
2. Observância de princípios éticos e democráticos necessários à construção da cidadania, ao respeito à diversidade e ao convívio social republicano (BRASIL, 2019 p. 29)

Pode-se observar também que todos os critérios estabelecidos para eliminação dos materiais seguem-se acordo com as legislações que organizam e protegem a educação como direito. Incluindo crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Estes preceitos legais têm o intuito de nortear o conteúdo dos livros didáticos estabelecendo diretrizes formativas e necessárias ao contexto regulamentar oficial da educação no Brasil. Há aspectos importantes e necessários ressaltados nos editais de escolha dos livros didáticos, que são os critérios da observância aos princípios éticos e democráticos que cerceiam a sociedade brasileira e o contexto histórico-cultural do Brasil e do mundo.

3.1.2 Observância de princípios éticos e democráticos necessários à construção da cidadania, ao respeito à diversidade e ao convívio social republicano.

Será excluída do PNLD 2019 a obra didática que:

- a. Veicular estereótipos e preconceitos de condição socioeconômica, regional, étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de idade, de linguagem, religioso, de condição de deficiência, assim como qualquer outra forma de discriminação ou de violação de direitos humanos;
- b. Fizer doutrinação religiosa, política e/ou ideológica, desrespeitando o caráter laico e autônomo do ensino público;
- c. Utilizar o material escolar como veículo de publicidade ou de difusão de marcas, produtos ou serviços comerciais;
- d. Promover negativamente a imagem da mulher, desconsiderando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, desvalorizando sua visibilidade e protagonismo social;
- e. Abordar a temática de gênero segundo uma perspectiva sexista não igualitária, inclusive no que diz respeito à homo e transfobia;
- f. Desconsiderar o debate acerca dos compromissos contemporâneos de superação de toda forma de violência, com especial atenção para o compromisso educacional com a agenda da não-violência contra a mulher; (BRASIL, 2019 p. 31)

Além dos critérios elencados anteriormente, os livros didáticos, de acordo com o edital, devem abordar discussões e renovações de informações de acordo com a evolução da sociedade como um todo. Como observado no critério 3.1.7 do edital do PNLD (2019 p. 34):

- [...] m. Evitar reducionismos e estereótipos no tratamento das questões sociais e naturais;
- n. Apresentar e discutir as diferenças políticas, econômicas, sociais e culturais de povos e países, sem discriminar ou tratar negativamente os que não seguem o padrão hegemônico, evitando visões distorcidas da realidade e a veiculação de ideologias antropocêntricas e políticas, ou ambas;
- o. Representar a pluralidade social e cultural do Brasil, por meio de textos e ilustrações isentos de

preconceitos e estereótipos em relação a gênero, idade, religião, outras regiões do país e nações do mundo;
p. Retratar a miscigenação da população brasileira, por meio de textos e ilustrações, destacando a diversidade étnico-racial como ela existe na realidade; [...]

As adequações dos livros nestes critérios possibilitam a reflexão por parte do aluno diante da sociedade contemporânea que está em constante movimento e transformação. Torna-se imprescindível adotar conteúdos escolares e didáticos com temas e informações acerca do respeito, da diversidade cultural, social e familiar que cerceiam a sociedade. Possibilitando a autonomia de pensamento, do raciocínio crítico diante de questões essenciais para vida humana.

Para melhor direcionamento de seleção do processo de escolha, é disponibilizado pelo MEC um Guia Nacional do Livro Didático (PNLD), a cartilha é composta por todas as informações, orientações e diretrizes necessárias à escolha do material didático. A escola deve apresentar duas opções na escolha das obras para cada ano e disciplina. Caso não seja possível a compra da primeira opção, o FNDE envia à escola a segunda coleção escolhida. Portanto, a escolha da segunda opção deve ser tão criteriosa quanto à primeira.

Atualmente, as escolhas dos livros didáticos pelos professores da rede de ensino são feitas de acordo com a organização pedagógica da escola. Respeitando assim, sua autonomia para realização do trabalho proposto. Fica a critério da coordenação pedagógica e dos professores regentes a organização dos dias e os horários necessários para análise e seleção do material didático.

Livros didáticos de História

Com afirma, Circe Bittencourt (2015), a disciplina História no currículo escolar dos alunos torna-se essencial, pois esta disciplina abarca todo contexto educativo cuja função principal é relacionar o conhecimento historicamente construído pela humanidade com a realidade. Trabalhar a disciplina História permite construir pontes entre as gerações passadas, presente e as futuras. Permite ao educando ter consciência das suas origens e sua identidade. Portanto, a mesma tem propriedade em desenvolver no aluno a capacidade de compreender o mundo em que vive e as relações estabelecidas entre as pessoas.

[...] a História deve contribuir para a formação do indivíduo comum, que enfrenta um cotidiano contraditório, de violência, desemprego, greves, congestionamentos, que recebe informações simultâneas de acontecimentos internacionais, que deve escolher seus representantes para ocupar os vários cargos da política institucionalizada. Este indivíduo que vive o presente, deve, pelo ensino de História, ter condições de refletir sobre tais acontecimentos, localizados em tempo conjuntural e estrutural, estabelecer relações entre diversos fatos de ordem política, econômica e cultural (BITTENCOURT, 2015 p. 20)

Ao ensinar a História, estamos entrando em contato com registros dos conhecimentos e das

práticas dos nossos antepassados, com movimentos e lutas sociais, com os processos de aquisição de direitos, com o processo do desenvolvimento humano, ético, cidadão, social, cultural e político da humanidade em geral. Esta disciplina permite acessar o conhecimento passado para melhor compreensão da realidade, e compreende uma série de inovações realizadas por diversos povos. Ou seja, o mundo não seria o mesmo se os povos não pudessem conhecer as ideias de seus antepassados.

Para a maioria das propostas curriculares, o ensino da História visa contribuir para a formação de um “cidadão crítico”, para que o aluno adquira uma postura crítica em relação à sociedade em que se vive. As introduções dos textos oficiais reiteram, com insistência, que o ensino de História, ao estudar as sociedades passadas, tem como objetivo básico fazer o aluno compreender o tempo presente e perceber-se como agente social capaz de transformar a realidade, contribuindo para a construção de uma sociedade democrática (BITTENCOURT, 2015 p. 19)

Dentro da sala de aula, a disciplina História permite tratar de diversos temas relacionados a conhecimentos necessários à formação social, cultural, política e educacional dos alunos. Diante do exposto, sendo o livro um instrumento que dá suporte aos conhecimentos escolares propostos pelos currículos educacionais, o mesmo acompanha o professor em grande parte da sua atuação em sala de aula. O material didático da disciplina História oferece arcabouço rico em conhecimentos, significados e representações que não podem estar vinculadas apenas à análise de fatos passados, mas também à tentativa de explicar ou entender o sentido que o passado traz para a contemporaneidade.

Portanto, os livros didáticos da disciplina História são carregados intrinsecamente por posicionamentos ideológicos e culturais. Apresentando, implícita ou explicitamente, paradigmas que contribuí para o processo de formação social. “É um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia e de uma cultura.” (BITTENCOURT, 2015 p. 72).

Mulheres e representações

As reflexões sobre os estereótipos naturalizados e inscritos nas mulheres perpassa sobre os questionamentos da gênese dos processos de dominação e opressão, do objetivo e subjetivo, do público e privado. É difícil dizer o que em nossa sociedade não é perpassado por marcas de gênero. Os padrões destas práticas estão presentes nas instituições educacionais, no vestuário, nos produtos de higiene, nos brinquedos, na arquitetura, em produtos veiculados em canais de comunicação, objetos culturais, artísticos, entre outros. As representações são construídas principalmente com base em estereótipos de masculinidade e feminilidade que tentam cristalizar relações injustas de poder e identidades em constante transformação, de forma a sustentar a desigualdade e a violência que pesa historicamente sobre as mulheres.

Thomas Laqueur (2001, p. 18) faz um interessante trabalho em que mostra como as diferenças

de gênero socialmente determinadas foram adotadas pela ciência moderna como verdades inscritas no corpo biológico e, portanto, naturais e imutáveis. Ele afirma, por exemplo:

A visão dominante desde o século XVIII, embora de forma alguma universal, era que há dois sexos estáveis, incomensuráveis e opostos, e que a vida política, econômica e cultural dos homens e das mulheres, seus papéis no gênero, são de certa forma baseados esses “fatos”. A biologia – o corpo estável, não-histórico e sexuado – é compreendida como o fundamento epistêmico das afirmações consagradas sobre a ordem social (LAQUEUR, 2001, p. 18)

As representações das mulheres não existem por si mesmas “naturalmente” como simples reflexo da diferença biológica. Ao contrário, é uma construção social – portanto, histórica, dos modos de vida sempre permeados por relações de poder, como a dominação, a exploração, a invisibilização e ao silenciamento. Louro (2000), importante pesquisadora brasileira sobre gênero e educação, afirma algo semelhante quanto diz que, “as identidades, construídas no contexto da cultura, produzem-se em meio a disputas, supõe classificações, ordenamentos, hierarquias; elas estão sempre implicadas num processo de diferenciação.” (LOURO, 2000, p. 63).

As identidades dos indivíduos na sociedade são formadas ao longo da história. São construídas pelo próprio indivíduo e pela coletividade pelo qual ele está inserido. Portanto, a constituição da identidade passa pelo processo histórico.

Autores como Michel Foucault (1988) e Judith Butler (2016), questionam as teorias que postulam a centralidade de uma diferença biológica e anatômica. Não por negarem a realidade do corpo, mas por pensarem que não existe conhecimento produzido sobre a realidade que não seja construído ele próprio dentro de uma matriz cultural, e que as matrizes culturais, mesmo a da ciência moderna, já são matrizes generificadas. Thomas Laqueur (2001, p. 21), inserido nessa tradição, exemplifica isso do seguinte modo:

[...] só houve interesse em buscar evidências de dois sexos distintos, diferenças anatômicas e fisiológicas concretas entre homem e mulher, quando essas diferenças se tornaram importantes. Só em 1759 é que alguém se importou em reproduzir um esqueleto feminino detalhado num livro de anatomia para ilustrar suas diferenças do esqueleto masculino. Até essa época havia uma estrutura básica do corpo humano, e essa estrutura era masculina. E quando essas diferenças foram descobertas elas já eram, na própria forma de sua representação, profundamente marcadas pela política de poder do gênero.

Portanto, como abordado anteriormente, e afirmando a perspectiva enfatizada por Foucault (1988), Butler (2016), Louro (2000) e Laqueur (2001), o gênero se determina por características adquiridas ao longo do contexto histórico-social e que são arbitrariamente fixadas como naturais do que é ser homem e ser mulher. A conformação biológica não pode ser justificada como fonte das atribuições de papéis e base para as representações de gênero, pois é desconsiderar todo o histórico de constituição dessas relações desiguais, injustas e violentas. Nesse sentido, Louro (2000, p. 66) afirma, “o corpo não

pode ser compreendido como uma entidade “simplesmente” biológica, e, além disso, parece impositivo questionar se o biológico não é, ele próprio, significado na e pela cultura.”

Como um dos agentes desse processo de construção histórica das identidades, podemos incluir a historiografia. Para a tradição historiográfica dominante, até hoje, em sua maior parte, a identidade masculina foi àquela apresentada como a protagonista dos grandes acontecimentos sociais, políticos e econômicos que nortearam o mundo. Isso se reflete nos conteúdos curriculares da disciplina História e, conseqüentemente, também nos livros didáticos.

As mulheres, por outro lado, foram ignoradas ou apagadas em seu protagonismo pela historiografia hegemônica. Silenciadas pela história e marcadas no cotidiano por intensa limitação de suas condições de vida, de trabalho, de participação política, de produção cultural, modos de vestir e de até mesmo no acesso à educação.

O livro didático enquanto instrumento metodológico e ideológico ajuda a construir as representações das mulheres pelos conteúdos que carrega e pela forma como apresenta tais conteúdos. De acordo com Silva (2011, p. 21), “no livro didático a humanidade e a cidadania, na maioria das vezes, são representadas pelo homem branco e de classe média. A mulher, o negro, os povos indígenas, entre outros, são descritos pela cor da pele ou pelo gênero, para registrar a sua existência”.

A escola sendo uma instituição normativa, formadora e propulsora de conhecimentos, possibilita a construção de saberes sobre as injustiças perpetradas contra as mulheres. Preparando os estudantes para serem pessoas críticas dos estereótipos perpetuados e com capacidade de transformação social. Como afirma Bittencourt (2004, p. 298), “um aspecto fundamental a ser considerado em análise de materiais didáticos é o seu papel de instrumento de controle de ensino por parte dos diversos agentes do poder”.

Atualmente, ao se falar de gênero no Brasil, percebe-se grande resistência por parte dos grupos conservadores. Esta parcela da sociedade, que vem ganhando grande representação política, insiste em deixar de lado aspectos importantes do conhecimento produzido sobre a desigualdade de gênero. Deixam de lado também pontos essenciais de acordos internacionais sobre direitos não apenas das mulheres, mas de pessoas bissexuais, gays, lésbicas, transexuais, negros, indígenas e outros grupos minoritários. Richard Miskolci (2007, 2018) chama essa tendência conservadora no Brasil atual de “cruzada moral” e mostra como as pautas morais, incluindo a chamada luta contra a “ideologia de gênero”, têm sido utilizadas por esses grupos conservadores para finalidades eleitoreiras.

Metodologia

Para a análise dos dois livros selecionados, recorreremos à pesquisa documental e à análise de *Instrumento: Rev. Est. e Pesq. em Educação, Juiz de Fora, v. 23, n. 4, p. 976-995, set./dez. 2021*

conteúdo. A pesquisa documental, conforme Gil (2008, p. 51), é aquela que trata e analisa as informações textuais ou imagens constantes no objeto de pesquisa valendo-se de materiais que não receberam ainda tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados. A análise de conteúdo, conforme Bardin (2016, p. 44), é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Tem como finalidade realizar a descrição minuciosa do objeto de estudo, colocando os conteúdos abordados à luz de análises descritivas críticas quantitativas ou qualitativas de acordo com o tema abordado e os autores selecionados.

Aplicado aos livros da disciplina História conseguimos perceber que a história não é apenas transmissão de acontecimentos subsequentes e neutros, mas é um conjunto de interpretações que refletem o lugar social dos seus autores. Como afirma Antônio Carlos Gil (2008, p. 89):

O grande volume de material produzido pelos meios de comunicação e a necessidade de interpretá-lo determinou o aparecimento da análise de conteúdo. Essa técnica possibilita a descrição do conteúdo manifesto e latente das comunicações. Pode ser utilizada, por exemplo, para examinar a ideologia política implícita nas notícias de jornal ou o preconceito de raça e de gênero subjacente aos textos escolares.

Com isso em mente, analisamos textos e imagens relativos à representação da mulher ou outras representações de gênero nos livros didáticos selecionados. São livros utilizados em uma escola escolhida pela proximidade geográfica devido a escolha ser realizada pelas escolas de forma autônoma. Os livros são disponibilizados por região de acordo com um ranking de editorial de escolha da escola, na qual uma das autoras(es) já havia desenvolvido outros trabalhos e por isso já tinha um laço estabelecido com a instituição. A descrição detalhada dos livros escolhidos encontra-se no começo de cada uma das duas sessões a seguir, seguindo-se da análise qualitativa dos textos e imagens, e quantitativa das imagens de mulheres em cada livro.

Para a análise quantitativa das imagens contabilizamos o número de imagens por unidades do livro e estabelecemos quatro categorias para análise: personagens reconhecidas, personagens anônimas, documentos históricos e ilustrações feita para o livro. As duas primeiras e as duas últimas categorias são excludentes entre si, e cada imagem foi contabilizada, portanto, duas vezes, uma em cada par de oposição.

No primeiro par de oposição, se a imagem é de uma personagem reconhecidas ou apenas de personagens anônimas, o critério era a presença ou ausência de identificação (nome ou apelido pessoal), e nosso objetivo foi verificar a visibilidade dada à participação de mulheres concretas em nossa história, seus feitos e lutas, e não apenas a veiculação de uma representação genérica das mulheres.

Quanto ao segundo par de oposição, a respeito do tipo de material utilizado, se a imagem era um documento histórico ou apenas uma ilustração feita para o livro, nosso critério foi verificar a presença de mulheres que são reconhecidas, anônimas ou não, ou de representações historicamente localizada de mulheres, quer por fotografias, pinturas e desenhos. Por ilustração entendemos não apenas desenhos – como pode remeter a palavra escolhida –, mas qualquer imagem produzida ou escolhida arbitrariamente pela equipe editorial dos livros com o objetivo de ilustrar uma ideia ou acontecimento.

Análise

Livro Conectados História

O autor do primeiro livro analisado aqui, *Conectados História*, é Alfredo Boulos Júnior, que segundo informações constantes na publicação, é Doutor em Educação e tem a sua formação concentrada na área de História da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Este material foi publicado pela Editora FTD no ano de 2018, o respectivo livro foi selecionado pelos professores da Escola Um na última seleção ocorrida para a sua utilização no início do ano de 2019.

O material apresenta ser de boa qualidade, com capa semi dura, formato tradicional de livro didático com medidas de 27,5 centímetros de altura e 21,5 centímetros de largura. Cada unidade do livro em cerca de 2 a 3 capítulos distribuídos ao longo de 160 páginas.

A primeira aparição do tema gênero no livro ocorre no segundo capítulo, intitulado “Os primeiros povoadores da terra”, no qual se aborda especulações sobre a “pré-história” da humanidade. Há um texto de apoio para o professor intitulado: “Condição feminina: breve retrospectiva histórica”. Este texto faz suposições de caráter universalista, naturalizante e sexista acerca dos costumes e da vida das mulheres na “pré-história”. O texto afirma que na época “acreditava-se que a mulher tinha poder mágico, o dom da vida, sua fecundidade fazia a fertilidade dos campos” (Boulos, p. 35), como se fosse possível saber como eram todos os costumes humanos na “pré-história”. O texto, associado a imagens de mulheres cuidando de crianças, revela a atribuição sexista do cuidado às mulheres, fazendo parecer que a “natureza” da mulher, por sua capacidade de gestação, também indicasse as tarefas de cuidado como seu destino social. Com isso o livro colabora para uma representação estereotipada das mulheres e para a cristalização de preconceitos como a ideia de “instinto materno”, com isso apagando as desigualdade historicamente constituídas em contextos de dominação e de relações de poder. Louro (2000, p. 63) afirma que:

[...] seria pertinente, antes de tudo, indagar sobre os significados que, neste momento e nesta

cultura, estão sendo atribuídos a uma dada aparência corporal; seria importante indagar sobre os processos históricos e culturais que possibilitaram que determinadas características se tornassem tão especiais; sobre os processos que permitiram, finalmente, que certas características passassem a “valer mais” do que outras. Porque, no fundo, é disso que se trata: não é possível ignorar que o processo de atribuição de identidades (e, ao mesmo tempo, de atribuição de diferenças) está em ação um jogo de poder.

Assim, ao representar a mulher realizando tarefas de cuidado em uma pré-história mítica, associando o cuidado à fertilidade, contribui para a formação da cultura que não considera o homem responsável pelo cuidado dos outros, ao passo que as mulheres são vistas como “cuidadoras naturais”. Esse caráter natural atribuído ao cuidado feminino faz com que ele seja visto como de menor valor – pois o que é natural, instintivo, não exige formação, inteligência ou grande esforço. Uma representação, portanto, que serve como uma “máquina de submissão”, como afirma Chartier.

Na Unidade 2, o tema base é “Cidadania: passado e presente”. O capítulo 1 desta unidade tem como título: “Respeito à diversidade e à pluralidade”. Na página 58 (cinquenta e oito), nas informações de apoio ao professor, há outro texto de apoio intitulado: “Os homens usam saia na Escócia?”, ao lado de uma imagem de um homem usando um *kilt*. O texto afirma, categoricamente, que não, que os homens não usam saia na Escócia. O texto enfatiza que o uso cultural desta peça de roupa na Escócia faz com que ela não possa ser vista como uma saia, mas sim como um *kilt*, uma peça de vestuário com cortes e panos específicos. Além disso, o texto em seguida reforça estereótipos de gênero cisheteronormativos¹, elencando que o uso de saia na cultura brasileira é pertencente e inerente apenas às mulheres, e que, o uso desta peça na Escócia é um traço cultural específico. Isto é, reforça a ideia de que esta saia específica na Escócia é algo “normal” para homens, mas que aqui no Brasil, homem usar saia seria uma anormalidade.

Diante disso, percebemos que o autor perdeu a oportunidade de trabalhar com a desnaturalização da divisão binária do gênero no que tange à vestimenta, ainda mais em um capítulo cujo título é “Respeito à diversidade e à pluralidade”. Isso mostra também o quanto a representação de “diversidade” muitas vezes é genérica e impotente, como aponta, com outras palavras, por exemplo, Vera Maria Candau (2011). Em um país como o nosso, marcado historicamente pelo conflito cultural, com o extermínio indígena e a escravização dos negros, e atualmente por tantas injustiças de base etnocêntrica, racista e lgbtfóbica, usar um espaço no livro dedicado à diversidade para falar da Escócia, e ainda de modo a reforçar a cisheteronormatividade, é ativamente construir representações que apaguem o poder crítico e transformador da valorização da diversidade.

Percebemos também que o livro aborda com profundidade temas relacionados às especificidades e aos direitos das pessoas com deficiências – neste caso, chegando mesmo a caracterizar os diversos tipos de deficiências e abordar aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais, entre

outros aprofundamentos. Talvez por considerar este um tema “menos polêmico”. Por outro lado, no que tange às questões de gênero e sexualidade, o feminismo e questões relativas aos direitos das pessoas lésbicas, gays, bixessuais, transexuais e travestis (LGBT), percebemos que o autor não apresenta conteúdos a respeito, invisibilizando com isso problemas prementes em nossa sociedade, como a violência contra a mulher e às pessoas LGBT.

Na terceira unidade do livro, com o tema “Linguagens e Debates”, no capítulo 2, cujo título era: “Debates sobre o nosso tempo”, é proposta uma atividade sobre o uso de maquiagem infantil. Na página 116 o texto apresenta concepções de mães das crianças sobre a utilização destes produtos. Percebemos que o assunto é ressaltado de forma superficial e estereotipado, como se a única preocupação fosse evitar que meninas muito novas usassem maquiagem. É veiculada, assim, a representação de que a maquiagem é algo “normal” apenas para mulheres e adultas – isto é, não para homens, nem para crianças – associando a feminilidade à vaidade.

Além disso, a abordagem culpabiliza mães que autorizam as filhas a utilizar este tipo de produto quando muito novas, sem que seja a maquiagem seja problematizada de modo mais profundo, por exemplo, refletindo sobre suas diferentes funções em diferentes culturas, ou sobre como as representações de beleza impõe diferenças de tratamento para homens e mulheres no tange ao cuidado dos seus corpos. Além disso, não há qualquer questionamento sobre a influência das propagandas nos ideais de beleza em uma sociedade de consumo, de modo que os estudantes fossem levados a se questionarem a respeito deste “traço cultural feminino”, se ocorreu de forma “natural” ou se foi imposto, suas transformações na história e suas consequências.

No mesmo capítulo sobre a discussão de comunicações, há uma atividade na página 118 sobre o uso de aparelhos eletrônicos em sala de aula. Uma imagem ilustrativa apresenta um menino utilizando o tablet para uso educativo, e na outra página consta fotografia de duas meninas conversando e utilizando o celular. A legenda da foto diz “duas meninas brincando enquanto o professor explica matéria”. Na página seguinte, 120 há uma tirinha que descreve duas meninas conversando e fazendo “fofoca”. Essa veiculação de imagens produz uma reiteração de representações estereotipadas das mulheres. Enquanto o menino estuda, as meninas brincam ou fofocam. Ainda que nesses casos possa parecer, a primeira vista, apenas “obra do acaso” na escolha das imagens, é importante nos questionarmos por que as representações das mulheres vinculadas à distração e à fofoca são tão naturalizadas entre nós que as pessoas envolvidas na edição deste livro não se sentiram incomodadas com isso.

Por fim, na unidade 4, “Patrimônios da humanidade e marcos de memória”, no capítulo 2, há uma atividade, na página 146, que fala sobre marcos históricos importantes para o Brasil. Nesta

atividade é retratada apenas a participação de homens. Havendo, portanto, um silenciamento da participação feminina na construção de nossa história.

Na Tabela 1, apresentamos os resultados da análise quantitativa das imagens desse primeiro livro.

Tabela 1 - Apresentação de imagens das mulheres no livro *Conectados História* do 5º ano do Ensino Fundamental das Séries Iniciais

	PERSONAGENS RECONHECIDAS	PERSONAGENS ANÔNIMAS	DOCUMENTO HISTÓRICO	ILUSTRAÇÃO FEITA PARA O LIVRO
UNIDADE 1	1	7	1	7
UNIDADE 2	1	21	4	20
UNIDADE 3	1	12	1	12
UNIDADE 4	1	6	0	5
TOTAL	4	46	6	44

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como se pode observar, contabilizamos no livro didático *Conectados História* um total de 50 imagens onde mulheres são representadas. Sendo apenas 4 delas personagens reconhecidas. Quanto ao tipo de documento utilizado, identificamos que o autor utiliza 44 imagens ilustrativas feita para o livro e apenas 6 documentos históricos. Isso indica que o autor não se preocupou em apresentar imagens em número suficiente que, comparativamente, fizessem justiça à participação efetiva de mulheres reais em nossa história, tanto mulheres das quais conhecemos o nome quanto de mulheres anônimas, presentes em imagens que são documentos históricos. Este fato pode prejudicar a aprendizagem dos alunos quanto à análise crítica do contexto sociocultural pelo qual vivemos e estamos inseridos, ao invisibilizar a participação concreta das mulheres em múltiplas frentes (políticas, culturais, sociais etc.), favorecendo, assim, a disseminação de representações estereotipadas de mulheres.

Livro *LigaMundo História*

O segundo livro analisado foi escrito por dois autores(as): Alexandre Alves que tem titulação de Doutor em História pela Universidade de São Paulo, e Letícia Fagundes de Oliveira, mestre em História Social também pela Universidade de São Paulo. Foi publicado pela Editora Saraiva no ano de 2017 e foi escolhido no último edital do PNLD pelos professores do 5º ano do ensino fundamental da escola em questão. O livro apresenta ser de boa qualidade, com capa também semidura, a colagem apresenta ser resistente, o formato é tradicional de livro didático com medidas de 27,5 centímetros de altura e 22 centímetros de largura contendo 160 páginas.

Para nossos objetivos, não há na Unidade 1 do livro, intitulada “O início da civilização”, nenhum

conteúdo que tenha chamado a atenção, como a naturalização de papéis de gênero, verificada no outro livro analisado. Já na Unidade 2, cujo título é, “Quando Brasil era de Portugal” encontramos, na página 36, abordagem específica sobre as mulheres no período colonial que merece destaque. Tanto o texto quanto as imagens retratam a vida das mulheres na época. Em especial, como a vinda de mulheres brancas europeias e órfãs com o intuito de fornecer esposas brancas para os colonos, servindo ao cuidado do lar e dos filhos, quanto a escravização das mulheres negras. O texto enfatiza de forma clara a dominação sobre as mulheres, por exemplo, no segundo parágrafo: “No período colonial, as mulheres eram vistas como propriedade dos homens.”

Nesta unidade são apresentadas imagens de pinturas e fotografias de reconhecido valor histórico documental. Por exemplo, uma imagem colorida à mão, produzida entre os anos de 1834-1839, de autoria do pintor Jean-Baptiste Debret, retratando as mulheres conhecidas como “negras do tabuleiro”, que abasteciam as vilas no período colonial. Portanto, fica evidente que os autores buscaram informações relevantes sobre mulheres e desigualdade de gênero no período colonial, apresentando abordagem crítica e reflexiva, de modo que os educandos possam refletir sobre o papel das mulheres na sociedade antiga e atual.

Ainda nessa sessão, os autores do livro recomendam a leitura do livro *História das mulheres no Brasil* de Mary Del Priore, que aborda a trajetória das mulheres no Brasil do período colonial até os dias atuais, uma publicação de reconhecida importância no país para os estudos de gênero e história das mulheres. Indicando com isso, também, a preocupação dos autores em remeter os(as) professores(as) para além do livro didático somente, ampliando as possibilidades de trabalho do(a) professor(a) sobre o tema.

Continuando na mesma unidade, na página 38, é proposta uma atividade sobre a pirâmide social da época colonial. Nesta solicita que o aluno faça análise da pintura representada de Antônio Parreiras de 1913, óleo sobre tela. É a representação da Instituição da Câmara Municipal de São Paulo no ano de 1560. É solicitado ao aluno perceber e identificar os participantes e não participantes da cerimônia. Pede-se também que o aluno faça análise específica da postura e posição da mulher na imagem. Isso indica não apenas o esforço contínuo dos autores em problematizar o papel das mulheres na história, mas também em fazer refletir sobre a produção de imagens e sobre as próprias imagens produzidas na época. Na página seguinte, 39, os autores ainda fazem ponte com o presente, apresentando fragmentos de Constituição Federal de 1988 e abordando o tema da igualdade de direitos de todas as pessoas, independentemente de suas origens étnicas, gênero, língua, religião etc.

A Unidade 4 tem como título “A cultura do café e o fim da escravidão”, e retrata a história da escravidão no Brasil desde a colônia até a abolição. Na página 67 é especificamente abordado o papel das mulheres no processo de abolição, inclusive retratando a história de Chiquinha Gonzaga. Conta como ela foi filha de escrava com militar que atuou ativamente em prol da abolição e enfatizando sua importância neste momento histórico. Esse tipo de representação é essencial para a veiculação de imagens positivas de mulheres – e no caso, ainda, o que é ainda mais necessário atualmente, de uma mulher negra. Com isso os autores colaboram para que não apenas meninas -e meninas negras – possam se identificar com figuras de valor, na contramão do machismo e racismo dominantes, mas também que os meninos respeitem as mulheres.

O material de apoio do professor tem atividades interessantes a respeito do tema. Em um pequeno texto é relatado sobre a importância do papel da mulher nos quilombos, o trabalho pelo qual realizavam para melhorar as condições dos refugiados da escravidão, além do cuidado com os idosos, doentes, crianças, dos animais, na procura de alimentos e na manutenção das culturas africanas e indígenas. As fotografias utilizadas nas atividades, em sua maioria, são originais da época retratada, feitas pelo fotógrafo Marc Ferrez, em meados 1880. Em uma delas, por exemplo, solicita-se que o(a) estudante perceba a importância da fotografia ao se trabalhar com fontes históricas – contrastando bastante com a abordagem do primeiro livro, quase todo composto com imagens meramente ilustrativas. Mais uma vez percebemos o cuidado dos autores de *LigaMundo História* em abordar a representação da mulher de forma ampla e diversa, reforçando atributos positivos como força, coragem, empatia e conhecimento.

Na página 100 os autores abordam a inserção da mulher no mercado de trabalho nas fábricas durante o século XX. Enfatizam a precariedade das condições de trabalho, o salário inferior pago a elas e a carga horária superior em relação aos homens. O livro traz ainda o relato sobre a jovem Bertha Lutz, cientista de grande importância que movimentou as mulheres na luta pelo direito ao voto. Contando, por exemplo, como a cientista criou a Federação pelo Progresso Feminino em 1922 com o objetivo de assegurar direitos políticos às mulheres. Dentre as atividades propostas, solicitam aos alunos que realizem entrevista com alguma mulher mais velha, seja da família ou em seu bairro, com o intuito do mesmo levantar perguntas acerca da vida dessa mulher, como por exemplo, se a mesma já exerceu alguma atividade remunerada fora de casa, quais as atribuições domésticas e como essas são distribuídas entre os membros da família. Fica evidente, mais uma vez, portanto, o poder formativo crítico do livro a respeito do papel das mulheres e de sua representação, desta vez valorizando as mulheres na luta por direitos, enquanto trabalhadoras fora e dentro do lar, e chamando a reflexão sobre as desigualdades de gênero nessas duas instâncias.

Diante da análise realizada neste livro podemos verificar grande valorização das mulheres em sua representação histórica. Podemos verificar que este livro trouxe diversos aspectos sobre a representação da mulher de forma crítica, detalhada e propositiva de reflexão. Buscou desmistificar estereótipos relativos à representação da mulher e apresentar de forma positiva e significativa a participação desta na história social e política. No entanto, como aspecto negativo deste segundo livro, destacamos o silenciamento de outras diferenças específicas. Por exemplo, o livro não faz nenhuma abordagem quanto à diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero. Se combateu as representações machistas e estereotipadas de mulheres, manteve intacta as representações cisheteronormativas.

Na Tabela 2 pode-se observar o resultado da análise quantitativa das imagens.

Tabela 2 – Apresentação de imagens das mulheres no livro LigaMundo História do 5º ano do Ensino Fundamental das Séries Iniciais

	PERSONAGENS RECONHECIDAS	PERSONAGENS ANÔNIMAS	DOCUMENTO HISTÓRICO	ILUSTRAÇÃO FEITA PARA O LIVRO
UNIDADE 1	0	0	0	0
UNIDADE 2	0	5	4	1
UNIDADE 3	2	4	4	1
UNIDADE 4	1	4	4	1
UNIDADE 5	0	5	4	2
UNIDADE 6	2	6	7	1
UNIDADE 7	1	2	3	0
UNIDADE 8	1	0	1	0
UNIDADE 9	2	8	3	7
TOTAL	9	34	30	13

Fonte: Elaborado pelos autores.

A contabilização das imagens representando mulheres, contidas no livro *LigaMundo História*, totalizou 43 imagens, sendo dessas 9 de personagens reconhecidas. Os autores utilizaram 5 personagens reconhecidas a mais em relação ao livro *Conectados História*. O livro *LigaMundo História* apresentou ainda 23 documentos históricos a mais em relação a imagens apenas ilustrativas feita para o livro. Assim, é notória a preocupação dos autores de *LigaMundo História* em familiarizar os(as) estudantes com documentos históricos e em incentivar a valorização de representações históricas concretas e específicas de mulheres que ajudaram a construir nossa história, lutando contra injustiças e desigualdade.

Considerações Finais

Retornando ao objetivo dessa pesquisa, que foi analisar as representações de mulheres em livros didáticos de História do 5º ano do Ensino Fundamental das séries iniciais, podemos dizer que o *Conectados História*, diante da análise realizada, encontra-se está aquém do esperado para um livro que se propõe a valorizar a igualdade e a diversidade. Verificamos a representação estereotipada das mulheres, com naturalização da associação entre mulheres e cuidado, lar, filhos, vaidade e leviandade. Acreditamos que o livro não seguiu, portanto, os princípios elencados no edital de escolha para o PNLD de 2019, segundo o qual os livros deveriam evitar qualquer tipo de reducionismo social e natural.

Constatamos também que o autor do *Conectados História* não se preocupou em veicular imagens de personagens reconhecidas e de acontecimentos históricos nos quais as mulheres estiveram presentes. Quanto à análise quantitativa de imagens nesse livro, percebeu-se que o autor utiliza, em sua maioria, imagens ilustrativas e de mulheres anônimas, favorecendo uma leitura abstrata e pouco crítica da história.

No *LigaMundo História*, em contraposição, constatamos quantidade significativa de imagens positivas de mulheres. Percebemos o recurso a 9 personagens reconhecidas o uso constante de documentos históricos, 30 das 43 imagens de mulheres utilizadas pelos autores. O livro incentivou a busca por parte dos professores de informações confiáveis externas ao livro, o que é bastante enriquecedor, apresentou reiteradas tentativas de desconstrução de estereótipos de mulheres em nossa história, e tem propostas de atividades que promovem a reflexão e uma formação mais igualitária relativa aos papéis de gênero.

Um aspecto que percebemos ser negativo ao analisarmos os dois livros didáticos foi o tratamento à diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero, com representações cisheteronormativas bastante problemáticas no livro *Conectados História*, e a invisibilização ou “neutralidade” em relação ao tema no livro *LigaMundo História*.

Consideramos, por fim, que o estudo nos possibilitou a refletir sobre a presença de representações estereotipadas de mulheres nos livros didáticos de História, e sua importância para a desconstrução desses estereótipos. Além disso o estudo tornou claro também a importância de uma análise minuciosa e de se reforçar o comprometimento dos educadores no momento da escolha do livro didático, tendo em vista a grande disparidade dos conteúdos e abordagens existentes nos materiais.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**: Tradução Luís Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (Org.). **O saber histórico em sala de aula**. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- BOULOS, Alfredo Júnior. **Conectados História: 5º ano: componente curricular história: ensino fundamental, anos iniciais**. São Paulo: FTD, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Editais de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras Didáticas para o programa nacional do Livro e do material didático PNLD 2019**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/165-editais?download=12589:edital-2019-minuta-8%C2%AA-retif-20-09-18>. Acesso em: 17 maio 2019.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. *In*: MOREIRA, Antônio Flávio. & Candau, Vera Maria. (Orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 13-37.
- CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. Aspectos políticos e econômicos da circulação do livro didático de História e suas implicações curriculares. **História**, Franca, v. 23, n. 1-2, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742004000200003. Acesso em: 16 maio 2016.
- CHARTIER, Roger. **História cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Berthand do Brasil, 1990.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estud. Av.**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, abr. 1991.
- FREITAG, Bárbara. **O livro didático em Questão**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o sexo: o corpo e gênero dos gregos a Freud/Thomas Laqueur**. Tradução Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. **Rev. Educação e Realidade**, Porto Alegre, 2000. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwiB7NPnvc3iAhXVHrkGHS7AA5sQFjAAegQIAxAC&url=https%3A%2F%2Fseer.ufrgs.br%2Feducacaoerealidade%2Farticle%2Fdownload%2F46833%2F29119&usq=AOvVaw28EiLMrkXFuWfBMVw7I5Ro>. Acesso em: 03 maio 2019.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 28, p. 101-128, jun. 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332007000100006&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 04 ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100006>.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 53, e185302, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332018000200402&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 04 ago. 2020. Epub June 11, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201800530002>.

OLIVEIRA, Letícia Fagundes de; ALVES, Alexandre. **Ligamundo História**: 5º ano: ensino fundamental, anos iniciais. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez, 1995.

SILVA, Jeferson Rodrigo da. O livro didático de História como objeto central das práticas de ensino: contextos históricos de uma questão atual. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 5, Curitiba, 2011. **Anais**, Curitiba, 21-23 set. 2011. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwiTkqHtM3iAhXFLkGHUpmCxgQFjAAegQIBBAC&url=http%3A%2F%2Fwww.cih.uem.br%2Fanaais%2F2011%2Ftrabalhos%2F110.pdf&usq=AOvVaw2ZwXMqzJ9aILu2wvJMUayJ>. Acesso em: 29 maio 2019.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015**: homicídio de mulheres no Brasil. 1. ed. Brasília, DF: 2015. Organização Pan-Americana da Saúde – Organização Mundial da Saúde. OPAS/OMS. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br. Acesso em: 10 nov. 2019.